

## **ANEXO I**

### **ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE**

**Art. 1º** O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, transformada pela Medida Provisória nº , de , de fevereiro de 1997, tem por finalidade:

- I** - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- II** - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- III** - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- IV** - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- V** - subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- VI** - coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- VII** - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- VIII** - promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;
- IX** - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 2º** O INEP tem a seguinte estrutura organizacional:

- I** - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;
- II** - órgãos seccionais:
  - a)** Procuradoria Jurídica;

- b) Auditoria Interna;
- c) Coordenação-Geral de Administração e Finanças;
- III - órgãos específicos singulares:
  - a) Diretoria de Avaliação da Educação Básica;
  - b) Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais;
  - c) Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior;
  - d) Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais;
- IV - órgão colegiado: Conselho Consultivo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO**

Art. 3º O INEP é dirigido por um Presidente, as Diretorias por Diretor, o Gabinete por Chefe, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, a Procuradoria Jurídica por Procurador Jurídico, a Auditoria Interna por Auditor-Chefe, as Coordenações por Coordenador, as Divisões e os Serviços por Chefe.

§ 1º O Presidente e os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 2º Os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão providos pelo do Presidente do INEP, observada a legislação vigente.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO CONSELHO CONSULTIVO**

##### **Seção I**

##### **Da Composição**

Art. 4º O Conselho Consultivo constituído por nove membros tem a seguinte composição:

I - o Presidente do INEP;

II - os Diretores do INEP;

III - quatro representantes da sociedade civil, escolhidos entre profissionais de notório saber.

§ 1º Os suplentes dos membros natos serão escolhidos e nomeados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 2º Os titulares e suplentes de que trata o inciso III serão indicados pelo Presidente do INEP e nomeados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

##### **Seção II**

##### **Do Funcionamento**

Art. 5º A Presidência do Conselho Consultivo do INEP será exercida pelo Presidente do Instituto.

Art. 6º O Conselho Consultivo reunir-se-á na sede do INEP, ordinariamente, uma vez ao semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou mediante requerimento aprovado por mais da metade de seus membros.

§ 1º As reuniões do Conselho Consultivo serão instaladas com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho Consultivo o voto de qualidade.

§ 3º Os representantes da sociedade civil terão mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 4º Perderá automaticamente o mandato o Conselheiro que faltar, em um ano, a duas sessões consecutivas ou três alternadas.

§ 5º O exercício da função de Conselheiro não será remunerado.

## **CAPÍTULO V**

### **DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS**

#### **Seção I**

##### **Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente**

Art. 7º Ao Gabinete compete:

- I - assistir ao Presidente em sua representação política e social;
- II - incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Presidente;
- III - desempenhar as funções de Secretaria Executiva do Conselho Consultivo;
- IV - exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Presidente.

#### **Seção II**

##### **Dos Órgãos Seccionais**

Art. 8º À Procuradoria Jurídica, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, compete:

- I - representar judicial e extrajudicialmente o INEP;
- II - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos do INEP, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do INEP, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 9º À Auditoria Interna compete acompanhar, orientar tecnicamente, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos do INEP.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Administração e Finanças, órgão seccional dos sistemas de serviços gerais, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos humanos, de recursos de informação e informática, e de planejamento e orçamento, compete planejar, coordenar e controlar a execução das atividades nessas áreas.

#### **Seção III**

##### **Dos Órgãos Específicos Singulares**

Art. 11. À Diretoria de Avaliação da Educação Básica compete:

- I - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de avaliação da educação básica;
- II - subsidiar, por meio de informações e dados resultantes de avaliações, a formulação e a implementação de políticas educacionais, na área da educação básica;
- III - promover o intercâmbio e a cooperação técnica com órgãos da administração pública, instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e entidades privadas, na área de avaliação da educação básica;
- IV - apoiar a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de instituições especializadas na área de avaliação da educação básica;
- V - promover e estimular a disseminação dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e de estudos e pesquisas avaliativas para os agentes do sistema educacional e a sociedade em geral;
- VI - manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais.

Art. 12. À Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais compete:

- I - planejar, programar e propor ações voltadas à produção de dados estatísticos educacionais;
- II - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a coleta de dados e informações educacionais;
- III - promover, em articulação com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e com outros órgãos públicos e privados, a coleta sistemática de estatísticas educacionais;
- IV - organizar e sistematizar dados e informações relacionados às áreas responsáveis pelos processos de estudo e avaliação educacional;
- V - divulgar informações e dados estatísticos referentes aos sistemas de ensino;
- VI - manter atualizados os sistemas de informação e os bancos de dados relativos à área de atuação do INEP.

Art. 13. À Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior compete:

- I - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização de exames nacionais de avaliação de cursos de graduação e de aptidão acadêmica de acesso ao ensino superior;
- II - coordenar o processo de aplicação de exames visando subsidiar o sistema nacional de avaliação dos cursos de graduação, de acordo com a legislação vigente;
- III - coordenar o processo de aplicação de exames de avaliação das aptidões acadêmicas do ensino médio, com vistas ao acesso ao ensino superior, de acordo com a legislação vigente;
- IV - divulgar resultados e produtos referentes aos exames nacionais de avaliação de cursos de graduação e de aptidão acadêmica de acesso ao ensino superior;
- V - manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais.

Art. 14. À Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais compete:

- I - propor e coordenar a política de disseminação de informações educacionais, estudos e documentação do INEP, oferecendo suporte à divulgação de resultados e produtos dos sistemas de avaliação e de indicadores educacionais;
- II - planejar, orientar e coordenar as atividades de comunicação social e *marketing* institucional do INEP;
- III - propor e coordenar a realização de estudos e pesquisas baseados em fontes secundárias, segundo as necessidades e demandas das áreas do INEP;
- IV - coordenar a coleta, a sistematização e a produção de informações referenciais em educação;

V- promover e coordenar a articulação e a cooperação de caráter técnico-científico entre as Diretorias do INEP, com os órgãos do Ministério da Educação e do Desporto, as Secretarias de Educação dos Estados, as instituições de ensino e pesquisa, centros de referência e entidades privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ampliar e qualificar a disseminação e a produção de conhecimentos e informações educacionais;

VI - propor e coordenar a política de atualização e aquisição de material bibliográfico e documental, visando constituir acervo especializado nas áreas de atuação do INEP;

VII - coordenar a integração com redes de informação em educação, bem como manter atualizados os bancos de dados de sua área, em articulação com a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais.

## **Seção IV**

### **Do Órgão Colegiado**

**Art. 15.** Ao Conselho Consultivo compete:

I - manifestar-se sobre o plano de ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações;

II - manifestar-se sobre a alienação e a aquisição de bens imóveis, inclusive acerca da aceitação de doação, com ou sem encargo;

III - examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas e o relatório anual de atividades do INEP, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto e posterior julgamento pelo Tribunal de Contas da União;

IV - examinar as propostas de alteração da Estrutura Regimental do INEP e emitir parecer;

V - examinar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros, emitindo pareceres conclusivos.

**Parágrafo único.** As normas de funcionamento do Conselho Consultivo serão aprovadas na forma do § 2º do art. 6º e integrarão o Regimento Interno, nos termos do art. 21 desta Estrutura Regimental.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES**

#### **Seção I**

##### **Do Presidente**

**Art. 16.** Ao Presidente incumbe:

I - dirigir as atividades do INEP de acordo com a finalidade e o plano de ação da entidade;

II - cumprir e difundir as normas emanadas do Ministério da Educação e do Desporto, em sua área de atuação;

III - propor ao Conselho Consultivo o plano de ação anual e a proposta orçamentária do INEP;

IV - encaminhar a prestação de contas e o relatório anual de atividades ao Ministério da Educação e do Desporto, após parecer do Conselho Consultivo, para julgamento pelo Tribunal de Contas da União;

V - constituir grupos de trabalho, comissões e comitês de apoio consultivo, designando seus membros, observada a legislação pertinente;  
VI - baixar atos normativos no âmbito de sua competência;  
VII - ratificar os atos de dispensa e de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, de acordo com a legislação vigente;  
VIII - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução das finalidades do INEP;  
IX - presidir o Conselho Consultivo.

## Seção II

### Dos Diretores

Art. 17. Aos Diretores incumbe:

I - orientar, coordenar e supervisionar as atividades técnicas relacionadas às suas respectivas unidades;  
II - participar, na qualidade de membros natos, das reuniões do Conselho Consultivo;  
III - assistir ao Presidente nos assuntos relacionados às suas respectivas áreas de atuação;  
IV - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente do INEP.

## Seção III

### Dos Demais Dirigentes

Art. 18. Ao Procurador Jurídico, ao Auditor-Chefe, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores e aos Chefes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas respectivas áreas de atuação.

## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 19. Constituem o patrimônio do INEP os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem transferidos e doados ou que venha a adquirir.

Parágrafo único. Os bens e direitos do INEP deverão ser utilizados exclusivamente no cumprimento de suas finalidades.

Art. 20. Constituem recursos do INEP:

I - as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas pela União;  
II - receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e doações de fontes internas e externas;  
III - receitas próprias provenientes da prestação de serviços;  
IV - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial, na forma da legislação vigente;  
V - receitas patrimoniais;  
VI - receitas eventuais e outros recursos que lhe forem destinados a qualquer título.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. As normas de organização e funcionamento das unidades administrativas do INEP e as atribuições de seus dirigentes serão estabelecidas em Regimento Interno, proposto por seu Presidente e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

Art. 22. Em caso de extinção do INEP, seus bens e direitos passarão à União, depois de satisfeitas as obrigações assumidas com terceiros.

## ANEXO II

### a) QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

UNIDADE	CARGOS/ FUNÇÕES Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
GABINETE	1	Presidente	101.6
	2	Gerente de Programa	101.4
	1	Assessor	102.3
	1	Assistente	102.2
	1		FG-3
GABINETE	1	Chefe	101.4
	3		FG-1
PROCURADORIA JURÍDICA	1	Procurador Jurídico	101.3
	1	Auxiliar	102.1
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	101.3
	1	Auxiliar	102.1
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1	Coordenador-Geral	101.4
	4	Coordenador	101.3
	8	Chefe	101.2

Serviço	2	Chefe	101.1
	6		FG-1
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Diretor	101.5
	1	Auxiliar	102.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Avaliação	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Auxiliar	102.1
	5		FG-1
	2		FG-3
Coordenação-Geral de Análise Estatística	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Informações Estatísticas	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Coordenador	101.3
	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Recursos de Informação e Informática	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Coordenador	101.3
	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	1	Diretor	101.5
	1	Auxiliar	102.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral do Exame Nacional de Cursos de Graduação	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral do Exame Nacional de Aptidão Acadêmica	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Auxiliar	102.1
	2		FG-1
Coordenação-Geral de Difusão de Informações Educacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Coordenador	101.3
	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Tratamento da Informação e Documentação	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Coordenador	101.3

### b) QUADRO RESUMO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

#### SITUAÇÃO: ANTERIOR E ATUAL

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,52	-	-	1	6,52
DAS 101.5	4,94	1	4,94	4	19,76
DAS 101.4	3,08	3	9,24	14	43,12
DAS 101.3	1,24	6	7,44	29	35,96
DAS 101.2	1,11	5	5,55	10	11,10
DAS 101.1	1,00	-	-	4	4,00
DAS 102.5	4,94	-	-	-	-
DAS 102.4	3,08	-	-	-	-
DAS 102.3	1,24	-	-	1	1,24
DAS 102.2	1,11	-	-	1	1,11
DAS 102.1	1,00	-	-	6	6,00
SUBTOTAL 1 (+)	-	15	27,17	70	128,81
FG - 1	0,31	3	0,93	18	5,58
FG - 2	0,24	-	-	-	-
FG - 3	0,19	1	0,19	3	0,57
SUBTOTAL 2 (+)	-	4	1,12	21	6,15
TOTAL GERAL (1+2)	-	19	28,29	91	134,96

**b) QUADRO RESUMO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP**

**SITUAÇÃO: ANTERIOR E ATUAL**

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,52	-	-	1	6,52
DAS 101.5	4,94	1	4,94	4	19,76
DAS 101.4	3,08	3	9,24	14	43,12
DAS 101.3	1,24	6	7,44	29	35,96
DAS 101.2	1,11	5	5,55	10	11,10
DAS 101.1	1,00	-	-	4	4,00
DAS 102.5	4,94	-	-	-	-
DAS 102.4	3,08	-	-	-	-
DAS 102.3	1,24	-	-	1	1,24
DAS 102.2	1,11	-	-	1	1,11
DAS 102.1	1,00	-	-	6	6,00
<b>SUBTOTAL 1 (+)</b>	-	15	27,17	70	128,81
FG - 1	0,31	3	0,93	18	5,58
FG - 2	0,24	-	-	-	-
FG - 3	0,19	1	0,19	3	0,57
<b>SUBTOTAL 2 (+)</b>	-	4	1,12	21	6,15
<b>TOTAL GERAL (1+2)</b>	-	19	28,29	91	134,96